

HOMENAGEM AO PROF. E DESEMBARGADOR DR.  
CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO NA OCASIÃO DA  
OUTORGA DA MEDALHA ASTOLPHO DE REZENDE  
PELO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS EM  
10 DE ABRIL DE 1991.

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS DR. EUGÊNIO ROBERTO HADDOCK LOBO

Exmo. Sr. Prof. Dr. Cândido Rangel Dinamarco

Exmos. Srs. Ex-Presidentes do Instituto dos Advogados Brasileiros

Demais autoridades presentes à mesa

Eminente Plenário

Meus Senhores e minhas Senhoras:

Reune-se nesta noite a comunidade jurídica do Rio de Janeiro, representada por todos os seus segmentos, no sentido de homenagear o eminente e notável mestre, Dr. Cândido Rangel Dinamarco, com a outorga do Prêmio Astolpho de Rezende pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Na verdade, o Patrono de tão expressiva honraria, ex-Presidente desta augusta Casa do Direito, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do antigo Distrito Federal, em sua intensa vida profissional, foi Delegado de Polícia, Legislador da Constituição Federal de 1934, Consultor Geral da República, Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, porém mais do que todos estes importantes cargos, foi o grande Advogado que durante 35 anos de incansáveis trabalhos forenses, destacou-se imorredouramente no conceito da sua Classe.



Como bem disse dele Arthur Fernandes, aqui deste Tribuna em 30 de outubro de 1954, "foi um homem probo. Falou com energia aos poderosos e, com elevada mansuetude aos pobres. Foi o orgulho de seus companheiros de ofício".

Daí porque, o Instituto dos Advogados Brasileiros, dado o alto conceito e valor do Patrono, marcante para todos nós em sua passagem pela vida, escolheu outro gigante das letras jurídicas nacionais, para ingressar na galeria dos outorgados com tão insigne homenagem.

Da velha paulicéia brumosa, metrópole do máximo Estado Brasileiro, como bem disse Rui Barbosa aos seus paraninfados de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, resplandece por todo o Brasil principalmente para os interessados nas coisas do Direito e da Justiça, a luz da invulgar inteligência e da alta cultura do douto Professor Cândido Rangel Dinamarco.

Nascido em 30 de maio de 1937, na pacata Guaratinguetá, onde desenvolveu o amor às coisas simples e ao próximo, cedo se ligou ao Direito, face principalmente, ao incentivo do seu melhor amigo. Dr. Belmiro Dinamarco Filho, idolatrado pai, Promotor Público em São Paulo.

Concluído o curso de Direito em 1960, já em 1962, era o 1º colocado no Concurso para o Ministério Público, voltando ao interior, onde atuou com brilho nas Comarcas de Piratininga, Jales e Araçatuba, passando para a Capital do Estado em 1970, onde foi seguidamente, Curador de Ausentes, Subprocurador da Justiça e Procurador da Justiça em 1980.

Neste mesmo ano, foi nomeado para Juiz do I Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo, guindado a Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça em 1983, onde teve assento até 1987.

No entanto, é no estudo científico apurado e interessado do eminente Professor paulista, que se destaca o seu grande valor

intelectual, que afinal sempre soube aplicar nos seus justos e magníficos votos como Magistrado e continua repassando aos seus alunos de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde é Professor titular desde 1986, tendo ingressado como livre-docente em 1973.

A partir do devotamento ao mestre Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, iniciou os profundos estudos de especialização, mestrado e doutorado, que culminaram no encontro na Universidade de Milão, com o célebre jurista italiano Enrico Tullio Liebman, de quem recebeu importante orientação.

Nesta mesma época, realizou cursos da maior importância na Itália, sendo de se destacar, o de Direito Processual Civil na Universidade de Milão com o Professor Enrico Tullio Liebman em 1968/70; Direito Constitucional italiano e comparado com o Professor Paolo Biscaretti di Ruffia; Direito Falimentar com o Professor Edoardo Ricci; Direito Processual Penal com o Professor Gian Domenico Pisapia, todos em 1969/70, realizado afinal, um estágio de pesquisas sobre Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Enrico Tullio Liebman, tendo decorrido esta importante fase de sua vida na Universidade de Milão.

Na verdade, com a sua Tese de doutorado em 1970 "Reflexões sobre Direito e Processo", o ilustre homenageado desta noite, assentou todas as bases para a construção de um sistema processual, visto por ele, de ângulo externo, como instrumental ao direito natural.

Não ficou aí o insigne mestre de São Paulo.

Na Execução Civil, pela primeira vez, tal assunto foi tratado à luz da Teoria Geral do Processo. Por outro lado, é de sua autoria, a oportuna legitimação do terceiro responsável na execução provisória do Mandado de Segurança, assim como, o julgamento antecipado da lide após a perícia, a intervenção de terceiro no processo cautelar, inflação e processo, os problemas institucionais da Justiça na Europa e o princípio do contraditório.



Na elaboração do Código de Processo Civil de 1973 em vigor, foi autor de 46 artigos, assessor que foi do então Ministro da Justiça, Prof. Alfredo Buzaid, entre 1971/1973.

Participou da Comissão que redigiu anteprojeto de Lei das Pequenas Causas em 1984 e daquela formada pelo Ministério Público de São Paulo, para análise e emendas ao anteprojeto de Código de Processo Penal em 1977.

Feita a seis mãos, em colaboração com os seus colegas da Universidade de São Paulo, Ada Pellegrini Grinover e Antonio Carlos de Araujo Cintra, redigiu a famosa "Teoria Geral do Processo", que afinal se revelaria um marco decisivo nos estudos processuais, como bem a definiu a co-autora, Professora Ada Pellegrini Grinover, "passando para outras universidades, a concepção dos institutos do direito processual, apreciados em um plano transcendental à dogmática jurídica e elevados pelo método indutivo a categorias integrantes de um sistema de conceitos e princípios gerais abrangentes das diversas disciplinas processuais sempre examinadas à luz de suas raízes constitucionais".

A vinda para o Brasil do ilustre Enrico Tullio Liebman, ensejou a fundação da "Escola Processual de São Paulo" e que afinal nos seis anos em que lecionou como Professor Visitante na Universidade de São Paulo, se transformou ele, no portador da moderna ciência européia de Direito Processual, transmitindo as idéias de Chiovenda, divulgando o pensamento italiano da época e comentando as obras dos germânicos que bem conhecia.

De fato, o Professor Cândido Rangel Dinamarco com seus eminentes colegas de São Paulo, asseguraram a continuidade do pensamento e do método de Liebman, Buzaid, Vidigal e Celso Neves.

A sua famosa Tese para chegar à Cátedra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, motivo maior do prêmio que hoje lhe é conferido por este Sodalício, "A Instrumentalidade do Processo", é um trabalho primoroso, não somente no as-

pecto técnico-científico, como nas lições, que trouxe à prática forense.

A obra é tão profunda e importante, que demandaria em verdade, uma conferência de alto nível, para que se pudesse discutir não somente o caráter eminentemente filosófico do trabalho, como é claro, ouvir do Professor Cândido Rangel Dinamarco, o desdobramento e detalhamento verbal sobre sua Tese.

De minha parte, no entanto, amante da prática forense e do Processo Civil, tão interligados na labuta do advogado militante, desejo destacar o aconselhamento do mestre aos magistrados – ele que também foi Juiz – para que a prestação jurisdicional seja concedida dentro dos requisitos de respeito ao Direito e à Lei, mas sempre prevalecendo a Justiça.

Diz o insigne mestre:

"Foi dito que, em paralelismo com o bem-comum como síntese dos fins do Estado contemporâneo, figura o valor justiça como objetivo-síntese da jurisdição no plano social. A eliminação de litígios sem o critério de justiça equivaleria a uma sucessão de brutalidades arbitrárias que, em vez de apagar os estados anímicos de insatisfação, acabaria por acumular decepções definitivas no seio da sociedade. Foi dito, ainda, que as disposições contidas no ordenamento jurídico substancial constituem para o juiz, em princípio, o indicador do critério de justiça pelo qual determinada sociedade optou, em dado quadrante de sua história; mas, se só, à lei estiver o juiz atento; sem canais abertos às pressões axiológicas da sociedade e suas mutações, ele correrá o risco de afastar-se dos critérios de justiça efetivamente vigentes. Por isso é que se mostra muito pobre a indicação isolada do escopo jurídico como característica da jurisdição e do sistema processual".

E, continua o eminente Professor Dinamarco:

É certo que o juízo do bem e do mal das condutas humanas é feito em primeiro lugar pelo legislador e deposita-



do no texto da lei, mas também ninguém desconhece que esta, uma vez posta, se destaca das intenções de quem a elaborou e passa a ter o seu próprio "espírito"; a *mens legis* corresponde assim, ao juízo axiológico que razoavelmente se pode considerar como instalado no texto legal. Ao juiz cabe esse trabalho de descoberta. Mesmo não sendo legislador ou a ele equiparado, mesmo negando-se que o juiz seja substancialmente criador de direitos e obrigações (repúdio à teoria unitária do ordenamento jurídico), mesmo desconsiderando-se a influência que emana do "direito jurisprudencial" (Richterrecht), ainda assim sempre é previsto reconhecer que o momento de decisão de cada caso concreto é sempre um momento valorativo. Como a todo intérprete, incumbe ao juiz postar-se como canal de comunicação entre a carga axiológica atual da sociedade em que vive e os textos, de modo que estes fiquem iluminados pelos valores reconhecidos e assim possa transparecer a realidade da norma que contém no momento presente. O juiz que não assuma essa postura perde a noção dos fins de sua própria atividade, a qual poderá ser exercida até de modo bem mais cômodo, mas não corresponderá às exigências de justiça".

E, finaliza tal importante trecho de sua obra, o digno Professor paulista:

"Para o adequado cumprimento da função jurisdicional, é indispensável boa dose de sensibilidade do juiz aos valores sociais e às mutações axiológicas da sua sociedade. O juiz há de estar comprometido com esta e com as suas preferências. Repudia-se o juiz indiferente, o que corresponde a repudiar também o pensamento do processo como instrumento meramente técnico. Ele é um instrumento político, de muita conotação ética, e o juiz precisa estar consciente disso. Daí porém, não deve emanar a idéia de uma carga excessiva e perigosa dos poderes entregues ao juiz. Legislador ele não é e, com as ressalvas postas, sempre continua o juiz sujeito à lei".

Verificam todos, que ao lado dos méritos intelectuais inegáveis do Professor, Juiz e Advogado, estão a sensibilidade humana e a alta responsabilidade na apreciação das questões postas à sua frente, qualidades estas, que infelizmente, estão cada vez mais raras nos turbos dias que corram e que no meu entendimento, não sendo integrantes do quadro de virtudes dos julgadores, os diminuem perante Deus e a Sociedade.

Constatam afinal V.Exas., que percorrer e conhecer a obra do Professor Cândido Rangel Dinamarco, seus inesquecíveis votos, pareceres, trabalhos e obras jurídicas, todos da maior qualidade, tudo enfim, que tão precocemente o elevaram com todo mérito ao cume de sua profissão e à admiração e ao respeito dos envolvidos com as coisas do Direito em nosso país, é tarefa difícil, pelo alto nível e profundidade de suas Teses e Razões.

O aspecto humano da vitória da Justiça nas decisões, que tanto nos agrada encontrar no espírito desse expoente da nossa profissão, que mesmo mergulhado na alta ciência da complexa matéria do Direito, não esqueceu que acima de todas as regras, a Justiça deve triunfar, me faz lembrar do Ministro Pisa e Almeida do Supremo Tribunal Federal, outro paulista, que há quase 100 anos, 23 de abril de 1892, no julgamento do *Habeas Corpus* que Rui Barbosa interpôs contra o Estado de sítio decretado por Floriano Peixoto, mesmo sob a pressão das baionetas que cercavam a Alta Corte, votou sozinho pela concessão do pedido aos prejudicados, o que suscitou do Patrono dos Advogados Brasileiros, o comentário primoroso:

"Havia no tribunal, ao cair dos votos, que denegavam o *habeas corpus*, a impressão trágica de um naufrágio, contemplado a algumas braças da praia, sem esperança de salvamento, de uma grande calamidade pública, que se consumasse, sem remédio, aos nossos de uma sentença de morte sem apelo, martelo pregando entre as tábuas de um esquife a esperança republicana. Quando subitamente, fragorosa salva de palmas, seguida ainda por outra, após a admoestação do presidente, nos deu o sentimento de uma invasão violenta da alegria de viver. Era o voto do Sr. Pisa,



concedendo o que todos os seus colegas tinham recusado. Para medir o valor desses aplausos, sua eloquência, creio que posso dizer sua autoridade, convém recordar, como a imprensa o atestou no dia imediato, que o auditório do tribunal, naquela data, não se compunha de curiosos, do "profanum vulgus", ordinariamente agitado por impressões irrefletidas. Antes notório é que ali se representava a flor da competência forense: advogados, juízes, desembargadores, tudo o que mais podia estremecer pelas delicadezas de uma questão jurídica auditório essencialmente profissional, qual nunca se reunira em solenidades da justiça entre nós. Aquela explosão trovejante e repetida era, portanto, o indício mais concludente de que a opinião em unidade entre os julgadores estava em quase unanimidade no público, no tribunal do tribunal. Não sei traduzir o meu assombro diante daquele voto. Deixem-me a franqueza de declarar que, de todos os membros daquela casa, o único, cuja adesão nunca me passou pela mente, era S.Exa. Carrego de humilhar-me publicamente por esse juízo temerário. Eu não conhecia o Sr. Pisa e Almeida, senão pelos meus íntimos liames, de procedência, de afeição, de serviços, com o elemento paulista. Eu fôra testemunha de que, no com-  
por do tribunal sob o Governo Provisório, a escolha de S.Exa. foi a em que mais se apurou a vontade do Ministro da Justiça, hoje chefe do florianismo no Senado. Nenhuma nomeação é tão diretamente pessoal àquele membro da ditadura, como essa. Ora, manifesto é na questão atual o ardor, com que as influências dominantes na política daquele Estado aplaudiam as medidas, contra as quais eu requerera o "habeas corpus". Dizia-se que o Vice Presidente da República, na previsão de eventualidade favorável aos perseguidos, anunciara ao Vice Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara a deliberação de resignar o poder, se o tribunal concedesse aos presos a reparação impetrada. Propalava-se, ainda, que os dois Chefes do Congresso responderam a esse aviso declarando não aceitar a sucessão. Acrescentava-se que se fizera passar pelo espírito dos ministros do Supremo Tribunal, como cabeça de Medusa, a carranca dessa responsabilidade numa situ-

ação militar, em que a única espada indigitada como capaz de afiançar pela força pública se retiraria magoada, lavando as mãos das consequências, entregando o exército à cisão e o país às baionetas. Eu, portanto, que dissera sempre aos meus amigos, "Um voto me basta para a vitória moral desta causa", não podia imaginar que o meu sonho se realizasse no Sr. Pisa e Almeida. E aqui está porque, sob a influência de uma emoção religiosa, que me recorda vivamente a da minha adolescência, aproximando-se alvoroçada e trêmula do altar para receber, na primeira comunhão, o Deus dos meus pais, eu me cheguei, depois da sessão, quase sem voz, ao Sr. Pisa e Almeida, pedindo-lhe que me permitisse o consolo de beijar a mão de um justo".

Realmente, Professor Cândido Rangel Dinamarco, como tantos advogados militantes que labutam e sofrem diuturnamente na busca do Direito e principalmente da Justiça, somos constantemente colhidos pela frieza e desinteresse pela sorte do aflito, certo estando, de que o conselho de V.Exa., repassado em sua grande obra, prestigioso homem das letras jurídicas nacionais, poderá influir naqueles que encarregados de distribuírem Justiça, ainda não entenderam a grandeza e a importância do alto cargo que ocupam, é que hoje, como Rui fez há quase 100 anos, lhe rendo as minhas homenagens, agradecido pelo aliado poderoso em que V.Exa. se constitui, pela intransigente defesa da aplicação da Justiça nos julgamentos em nosso país.

Enfim, Excelências, por todas as inestimáveis contribuições ao Direito e à Justiça, nas quais estão sempre presentes, a cultura e a sensibilidade do notável advogado e Professor que é, e Magistrado que foi, é que o eminente Dr. Cândido Rangel Dinamarco, fez por merecer a lembrança e o respeito imperecíveis dos seus colegas, alunos e concidadãos em geral, que o Instituto dos Advogados Brasileiros, templo maior e mais antigo do Direito no Brasil e nas Américas, ratifica hoje, com a entrega do Prêmio Astolpho de Rezende, láurea que afinal também pertence à Sra. Laís, ao Pedro, ao Cândido e ao Fábio, sua distinta



família, que como ele bem define, "é um convívio perene que alimenta e fortalece".

10.4.1991

JOSÉ LUIZ MILHAZES

ORADOR OFICIAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

*DISCURSO EM HOMENAGEM AO PROF. E  
DESEMBARGADOR DR. JOSÉ CARLOS BARBOSA  
MOREIRA, NA OCASIÃO DA OUTORGA DA MEDALHA  
TEIXEIRA DE FREITAS - 1990 PELO INSTITUTO DOS  
ADVOGADOS BRASILEIROS EM 24 DE ABRIL DE 1991.*

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS DR. EUGÊNIO ROBERTO HADDOCK LOBO

Exmo. Sr. Prof. e Desembargador  
José Carlos Barbosa Moreira

Exmos. Srs. Ex-Presidentes do Instituto dos Advogados Brasileiros

Demais autoridades presentes à Mesa

Eminente Plenário

Meus Senhores e minhas Senhoras:

A difícil incumbência que o espinhoso cargo de Orador Oficial do Instituto dos Advogados Brasileiros me confiou hoje, supera em toda a linha as minhas possibilidades intelectuais, face ao valor dos gênios do Direito de quem tenho de falar nesta solenidade.

No entanto, o amor que sinto por esta Casa, tantas vezes proclamado, me aumenta as forças para tal missão.

O Instituto dos Advogados Brasileiros, que dentro de pouco mais de dois anos, festejará o seu sesquicentenário de existência, representa por si só, ele mesmo, a História do Direito no Brasil, sendo a mais antiga Instituição deste gênero nas Américas.